# Coréia do Norte

 Situado no leste da Ásia, o país tem relevo montanhoso e é uma das nações asiáticas mais ricas em recursos minerais: possui cerca de 50% da reserva mundial de magnesita e grandes depósitos de carvão, ferro, tungstênio e grafite. Ao longo dos anos, o governo priorizou o desenvolvimento da indústria pesada e a mecanização da agricultura. Sem a ajuda da ex-URSS desde 1991, a economia norte-coreana está estagnada e a população enfrenta racionamento de comida. A ameaça de um confronto com a Coréia do Sul alimenta um dispendioso programa nuclear.

FATOS HISTÓRICOS – No século I da Era Cristã, a Península Coreana é dividida em três reinos diferentes. O reino de Silla unifica a Península em 668. A dinastia Koryo, fundada em 935, dá ao país o seu nome, do qual deriva a palavra ocidental “Coréia”. Nos séculos seguintes, a Coréia é disputada por chineses, mongóis, japoneses e russos.

Em 1910, o Japão anexa o país, após uma guerra prolongada em que derrota chineses e russos. A dominação japonesa é marcada pela brutalidade, com esforços para suprimir a língua e a cultura coreanas. Durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), dezenas de milhares de coreanos são levados para trabalhos forçados no Japão e em países sob ocupação japonesa.

A resistência dentro da Coréia é esmagada, mas grupos antijaponeses continuam a atuar no exílio, com destaque para o Partido Comunista Coreano (PCC), apoiado pela URSS. Com a rendição do Japão, em 1945, a Coréia é dividida em duas zonas de ocupação – uma norte-americana, ao sul, e outra soviética, ao norte –, refletindo a Guerra Fria. Dirigentes do PCC, até então exilados na URSS, assumem posições de comando na zona soviética. As negociações para a unificação das Coréias fracassam e, em 1948, são criados dois Estados distintos: a Coréia do Norte e a Coréia do Sul. É oficializado o regime comunista na Coréia do Norte, sob a liderança de Kim II-Sung, que governa o país com mão de ferro até sua morte, em 1994.

Guerra da Coréia – Em 25 de junho de 1950, tropas da Coréia do Norte invadem o sul, numa tentativa de unificar o país sob o regime comunista. O Conselho de Segurança da ONU decide enviar tropas à Coréia. Integradas majoritariamente por soldados dos EUA, elas lançam um contra-ataque em setembro de 1950 e ocupam rapidamente a Coréia do Norte, atingindo a fronteira com a China em novembro. A entrada dos chineses, em socorro aos norte-coreanos, altera a situação e os norte-americanos recuam. Em 4 de janeiro de 1951, os chineses conquistam Seul, capital da Coréia do Sul. Uma nova ofensiva norte-americana, entre fevereiro e março, empurra as tropas chinesas e norte-coreanas de volta ao Paralelo 38 – a linha imaginária que separa as duas Coréias. Daí em diante, as posições permanecem inalteradas, apesar dos combates que prosseguem por mais dois anos.

Uma trégua, assinada em julho de 1953, estabelece uma zona desmilitarizada entre as duas Coréias. O armistício é assinado em Panmunjon, mas as negociações para uma solução definitiva ainda continuam e as relações entre as duas Coréias mantêm-se tensas.

Repressão – A Coréia do Norte reconstrói-se com a ajuda da URSS e da China, mas sua economia entra em estagnação a partir da década de 70. No plano político, o regime caracteriza-se pela intolerância a qualquer tipo de oposição e pelo culto a Kim II-Sung, idolatrado pela propaganda do governo. Kim II-Sung opõe-se à política de abertura implementada pelo presidente soviético Mikhail Gorbatchov no final da década de 80 e a diminuição da ajuda econômica da URSS obriga a Coréia do Norte a romper seu isolamento, iniciando o comércio com Formosa (Taiwan) e com o Japão em 1991.

Desnuclearização – Nos anos 90, o país torna-se foco de atenção da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), que suspeita da existência de um plano norte-coreano para a produção de plutônio para fins militares. O governo da Coréia do Norte, porém, não permite a inspeção da usina nuclear de Yongbion por equipes da Aiea. O episódio gera uma séria crise internacional. Em julho de 1994, morre Kim II-Sung, aos 82 anos. Seu filho e sucessor, Kim Jong-II, assina em outubro um acordo com os EUA para a desnuclearização da Coréia do Norte. O pacto prevê que ela interrompa a construção de dois reatores nucleares e os substitua por reatores fabricados na Coréia do Sul. Os EUA comprometem-se a prestar assistência tecnológica para suprir eventuais faltas de energia. O pacto promove uma tímida distensão entre as duas Coréias e, em novembro, a Coréia do Sul anuncia o fim do embargo comercial à Coréia do Norte.

Após ameaça de romper o acordo em janeiro de 1995, a Coréia do Norte finalmente aceita receber os reatores sul-coreanos. Em janeiro de 1996 o governo também concorda com inspeções rotineiras da Aiea em suas instalações nucleares, completando os termos do acordo de outubro de 1994.

Fome – O país, que passa por uma severa crise econômica, sofre uma grande inundação em julho de 1995. Ela atinge 75% do território e destrói toda a plantação de arroz, agravando a crônica escassez de alimentos. Com a ajuda da ONU em setembro de 1995 consegue arrecadar parte do dinheiro necessário para superar a crise.

Em maio de 1996 lideranças norte-coreanas assinam um acordo econômico e de cooperação tecnológica com a China. No mesmo mês, chegam a um acordo com os EUA para a realização de buscas conjuntas dos 8.100 militares dos EUA e da ONU desaparecidos durante a Guerra da Coréia. Em setembro de 1996, a Coréia do Norte protagoniza um episódio típico da Guerra Fria. Um submarino com cerca de 25 militares norte-coreanos encalha na Coréia do Sul, a 75 km da zona desmilitarizada que divide as Coréias. Suspeitos de espionagem e infiltração, sete são mortos pelas Forças Armadas sul-coreanas e um é preso.



Coréia do Norte

DADOS GERAIS

Nome oficial: República Democrática Popular da Coréia (Choson Minchu-chui Inmin Konghwa-guk)

Capital: Pyongyang

Nacionalidade: norte-coreana

Idioma: coreano

Religião: ateísmo ou sem filiação 67,9%, crenças tradicionais 15,6%, chundo kyo 13,9%, budismo 1,7%, cristianismo 0,9% (católicos maioria) (1980)

Moeda: won norte-coreano; cotação para 1 US$: 2,07 em out./1996

GEOGRAFIA

Localização: nordeste da Ásia

Características: litoral rugoso (L), com estuários (O) e com labirinto de ilhas (SE), território montanhoso, com vales estreitos e pequenas planícies, regiões mais acidentadas (N e L)

Clima: temperado continental

Área: 120.538 km²

População: 24,3 milhões (1996)

Composição demográfica: coreanos 99,8%, chineses 0,2% (1989)

Cidades principais (hab.): Pyongyang (2.355.000), Hamhung (701.000), Ch'ongjin (520.000), Namp'o (370.000), Sonch'on (356.000) (1987)

GOVERNO

República parlamentarista de modelo socialista

Divisão administrativa: 9 províncias, 2 cidades

Chefe de Estado: Kim Jong-Il (interino desde a morte do pai, Kim Il-Sung, em julho de 1994)

Chefe de governo: primeiro-ministro Kang Song San (PTC) (desde 1992)

Principais partidos: dos Trabalhadores Coreanos (PTC) (único)

Legislativo: unicameral – Assembléia Suprema do Povo, com 687 membros eleitos por voto direto para mandatos de 5 anos

Constituição em vigor: 1972

ECONOMIA

Agricultura: milho (2 milhões t), arroz (2,8 milhões t), batata (1,6 milhão t), batata-doce (450 mil t), soja (400 mil t) (1996)

Pecuária: suínos (3,3 milhões), bovinos (1,3 milhão) (1996)

Pesca: 1,7 milhão t (1993)

Minérios: antracito (70 milhões t), linhita (24 milhões t), tungstênio (1 milhão), fosfato (550 mil t) (1992)

Indústria: matalúrgica, siderúrgica, elétrica, mecânica pesada, cimento, química, têxtil

Parceiros comerciais: China, Repúblicas da CEI



Israel

DADOS GERAIS

Nome oficial: Estado de Israel (Medinat Yisra'el)

Capital: Jerusalém (não reconhecida pela ONU), Telaviv (sede da maioria das embaixadas estrangeiras)

Nacionalidade: israelense

Idioma: hebreu (oficial), árabe, línguas européias

Religião: judaísmo 81,4%, árabes e outros 18,6% (1994)

Moeda: shekel novo;cotação para 1 US$: 3,22 em out./1996

GEOGRAFIA

Localização: oeste da Ásia

Características: Deserto do Negev (50% do território), região montanhosa (N), planície costeira (centro)

Clima: mediterrâneo

Área: 20.700 km²

População: 5,8 milhões (1996)

Composição demográfica: judeus 81,4%, árabes e outros 18,6% (1994)

Cidades principais (hab.): Jerusalem (567.100), Telaviv (357.400), Haifa (246.500), Holon (162.800), Petah Tiqwa (151.100) (1991)

Patrimônio mundial: Antiga Cidade e Muros de Jerusalém

GOVERNO

República parlamentarista

Divisão administrativa: 6 distritos, 31 municipalidades, 115 conselhos locais e 49 regionais

Chefe de Estado: presidente Ezer Weizmann (Yahad) (desde 1993)

Chefe de governo: primeiro-ministro Binyamin Bibi Netanyahu (Likud) (1996)

Principais partidos: Trabalhista, Likud, Meretz (coalizão), Shas (religioso), yahad

Legislativo: unicameral – Assembléia, com 120 membros eleitos por voto direto para mandatos de 4 anos

Constituição em vigor: não há Constituição escrita

ECONOMIA

Agricultura: laranjas (475 mil t), grapefruit (370 mil t), tomate (365 mil t), batata (235 mil t), trigo (145 mil t) (1994)

Pecuária: aves (27 milhões), bovinos (362 mil), ovinos (330 mil) (1994)

Pesca: 18,6 mil t (1993)

Minérios: fosfato (2,6 milhões t), potássio (2,1 milhões de t), gás natural (24 mil m³) (1993)

Indústria: alimentícia, bebidas, tabaco, máquinas elétricas, refino de petróleo, carvão, metalúrgica, lapidação de diamantes

Parceiros comerciais: EUA (principa), Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Japão, Suíça

Israel

 A criação do Estado de Israel ocorre em 1948, na Palestina , com o retorno dos judeus ao território de onde tinham sido expulsos 2 mil anos antes. Como idioma, retoma-se o hebraico, até então só utilizado em cerimônias religiosas. A sua fundação gera uma das mais importantes disputas territoriais do mundo, hoje motivo de complexas negociações de paz, com os palestinos, habitantes da região, e com os Estados árabes vizinhos.

Apesar do território em grande parte árido, Israel desenvolve uma agricultura moderna, com apoio de avançada tecnologia, o que permite a exportação de frutas e verduras. Conta também com uma indústria de ponta. Mas, mesmo tendo a economia mais desenvolvida do Oriente Médio , Israel depende muito da ajuda financeira e bélica do seu principal aliado, os Estados Unidos.

FATOS HISTÓRICOS – Pressionadas pelas constantes guerras com os vizinhos, as tribos judaicas unificam-se sob o comando de Saul, por volta de 1.029 a.C. Davi o sucede, em cerca de 1.000 a.C., e expande o território de Israel, que alcança o seu apogeu sob Salomão, entre 966 a.C. e 926 a.C. Com a morte de Salomão, um período de crise põe em xeque a sobrevivência da própria nação judaica, possibilitando sua conquista por vários povos (babilônios, assírios, persas, gregos e romanos). Jerusalém é destruída pelo general romano Tito, em 70 d.C. Expulsos do seu território, os judeus dispersam-se pelo mundo (ver a Diáspora judaica).

Em 636, os árabes ocupam a Palestina e convertem a maioria de seus habitantes ao Islã. Após sucessivas invasões, a região é dominada pelos turcos e incorporada ao Império Turco-Otomano por um longo período, de 1517 a 1917.

Sionismo – O atual Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX e que prega a criação de um país livre e sem perseguições aos judeus. Seu ideólogo, Theodor Herzl, organiza na Basiléia, Suíça, o primeiro congresso sionista, que aprova a formação de um Estado judeu na Palestina. Colonos judeus da Europa Oriental, onde o anti-semitismo é mais intenso, começam a se instalar na região, de população árabe majoritária. Em 1909, criam o primeiro kibutz (colônia agrícola de caráter comunitário).

A Palestina é ocupada pelo Reino Unido durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), com a retirada dos turcos. Em 1917, o chanceler britânico, Arthur Balfour, declara o apoio do seu país ao estabelecimento de um lar nacional dos judeus na Palestina, sob a condição de serem respeitados os direitos das comunidades não-judaicas ali existentes. Três anos mais tarde, o Reino Unido recebe um mandato da Liga das Nações para administrar a Palestina. Mas, sob a égide britânica, agravam-se os conflitos com as comunidades árabes, que têm anseios nacionais próprios e sentem-se ameaçadas pelo sionismo.

A perseguição aos judeus pelo regime nazista de Adolf Hitler , a partir de 1933, intensifica a migração para a Palestina. A administração britânica tenta conciliar os oponentes, limitando a entrada de judeus. Mas a entrada de imigrantes clandestinamente continua. Entre 1936 e 1939, uma guerra civil explode entre árabes e judeus.

Durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), prosseguem as hostilidades na Palestina. Grupos armados sionistas transformam ingleses em alvos de ataques terroristas. Com o final da guerra, a notícia do extermínio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de concentração nazistas, o Holocausto, aumenta o apoio internacional à criação de um Estado judaico.

Partilha da Palestina – Encerrado o conflito mundial, os ingleses retiram-se e delegam à Organização das Nações Unidas (ONU) a tarefa de solucionar os problemas da região. Sem uma consulta prévia aos árabes palestinos, em 1947 a ONU vota a favor da divisão da Palestina em dois Estados: um para os judeus e outro para os árabes palestinos. Estes rejeitam o plano.

Em 14 de maio de 1948, é proclamado o Estado de Israel, que tem David Ben-Gurion como primeiro-ministro. Países árabes enviam tropas para impedir a sua criação. A guerra termina em janeiro de 1949, com a vitória de Israel, que passa a controlar 75% do território da Palestina, um terço a mais do que o determinado pela ONU. O restante da área da Cisjordânia é incorporado à Jordânia. Intimidados, cerca de 800 mil árabes fogem de Israel.

Em janeiro de 1949, Israel realiza suas primeiras eleições parlamentares e aprova leis para assegurar o controle religioso e educacional, além do Direito de Retorno a Israel para todos os judeus. A economia floresce com o apoio estrangeiro e remessas particulares de dinheiro.

Em 1956, Israel aproveita a crise do Canal de Suez e alia-se à França e ao Reino Unido para atacar o Egito na Península do Sinai e na Faixa de Gaza. Por intervenção da ONU, e sob pressão dos EUA e da URSS, as tropas israelenses retiram-se da região. Em 1964, uma reunião de chefes de Estado árabes, no Cairo, cria a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Guerras – O acúmulo de tensões entre árabes e israelenses leva a uma segunda guerra. Israel lança um ataque contra o Egito, a Síria e a Jordânia, em 5 de junho de 1967. O episódio, conhecido como Guerra dos Seis Dias, termina em 10 de junho com a vitória de Israel e a conquista do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, das Colinas de Golã , na Síria, e da zona oriental de Jerusalém, que é imediatamente anexada ao Estado israelense.

O terrorismo palestino contra Israel intensifica-se a partir da eleição para a presidência da OLP, em 1969, de Yasser Arafat , chefe da organização guerrilheira Al Fatah. Em represália, a aviação israelense faz constantes bombardeios na Síria e no Líbano, onde a OLP mantém bases militares.

Uma nova guerra eclode em 6 de outubro de 1973, o feriado judaico do Yom Kippur (Dia do Perdão, festa móvel) (ver Guerra do Yom Kippur). Num ataque surpresa, tropas do Egito e da Síria avançam no Sinai e em Golã , mas são repelidas dias depois. Os EUA e a URSS obrigam Israel a interromper a contra-ofensiva e a assinar um cessar-fogo. Os árabes descobrem no petróleo uma arma de guerra: usando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), boicotam o fornecimento aos países que apóiam Israel e provocam pânico mundial com o aumento de preços dos seus derivados.

Em outubro de 1974, países árabes reunidos em Rabat, no Marrocos, reconhecem a OLP como único representante do povo palestino.

Em maio de 1977 a coligação conservadora Likud ganha as eleições em Israel, depois de três décadas de hegemonia trabalhista. O novo primeiro-ministro, Menachem Begin, estimula a instalação de colonos israelenses nos territórios árabes ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

Em novembro, o presidente egípcio Anuar Sadat faz uma visita a Jerusalém, o que é visto como um tácito reconhecimento do Estado de Israel. A iniciativa abre caminho para os acordos de Camp David, nos EUA (1978-1979), assinados por Begin e Sadat, com mediação do presidente americano Jimmy Carter . Além de estabelecer a paz entre Israel e Egito, firma o compromisso israelense de negociar a autonomia dos territórios palestinos. Israel inicia a retirada do Sinai, que é devolvido ao Egito em 1982. O mundo árabe repudia os acordos de Camp David e expulsa o Egito da Liga Árabe.

Invasão do Líbano – Em junho de 1982, o Exército israelense invade o Líbano e cerca Beirute, onde denuncia estar instalado o quartel-general da OLP. Os invasores cortam água e eletricidade, o que atinge especialmente os civis. Um acordo obtido por americanos, europeus e árabes sauditas permite, porém, que a OLP deixe Beirute.

Em 16 de setembro de 1982, milicianos cristãos libaneses, aliados de Israel, massacram milhares de palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, em Beirute, operação vingativa dos cristãos contra o atentado que matara, dois dias antes, Bechir Gemayel, o recém-eleito presidente libanês. Em 1983, os israelenses retiram-se do sul do Líbano, palco de ataques freqüentes dos xiitas libaneses. Mas a retirada só se completa em 1985, mantendo ainda controle de uma estreita faixa de território próxima à fronteira.

Novas eleições, em 1984, terminam empatadas entre o Likud e os trabalhistas. O impasse é resolvido por um acordo que estabelece o revezamento no cargo de primeiro-ministro entre os líderes dos dois partidos. O trabalhista Shimon Peres governa até 1986 e o conservador Yitzhak Shamir, nos dois anos seguintes.

Intifada – Em 9 de dezembro de 1987 eclode a rebelião palestina nos territórios ocupados conhecida como Intifada (do árabe “revolta das pedras”). A insurreição alastra-se até o setor árabe de Jerusalém. Israel reprime com brutalidade, sofrendo severa condenação do Conselho de Segurança da ONU. A opinão pública começa a se tornar favorável à OLP.

A Jordânia renuncia à reivindicação de soberania sobre a Cisjordânia, reforçando a posição palestina. Israel começa a receber a imigração maciça de judeus da União Soviética em desagregação.

Divergências quanto à colonização dos territórios ocupados provocam o rompimento da coligação Likud-trabalhistas. No início de 1990 Shamir forma um novo governo conservador, em aliança com pequenos partidos religiosos. Os EUA pressionam Israel a suspender a instalação de colônias judaicas na Cisjordânia e negociar com os palestinos. Shamir rejeita o arranjo norte-americano.

Em janeiro de 1991, durante a Guerra do Golfo (1990/91), Israel é bombardeado com mísseis Scud lançados pelo Iraque. A pedido do governo norte-americano, o país não revida (o que poderia destruir a coalizão anti-Iraque, que incluía países árabes).

Acordo de paz – As pressões dos EUA por um acordo de paz entre Israel e seus vizinhos árabes intensificam-se após a Guerra do Golfo. Em outubro de 1991, realiza-se uma conferência “simbólica” árabe-israelense em Madri, na Espanha. Representantes palestinos participam como membros da delegação jordaniana, diante da recusa israelense em negociar com a OLP. O processo de paz inaugurado em Madri, no entanto, é levado em banho-maria pelo governo Shamir.

O impasse começa a ser rompido com a vitória, nas eleições de junho de 1992, dos trabalhistas liderados por Yitzhak Rabin , que defende negociações com os palestinos com base no princípio de “terra em troca de paz”. O novo primeiro-ministro anuncia o congelamento parcial da construção de casas judaicas nos territórios ocupados. Os EUA liberam um empréstimo de US$ 10 bilhões, que tinham bloqueado para conter a expansão israelense na Cisjordânia.

Em setembro de 1993, após meses de negociações secretas na Noruega, Israel e a OLP assinam um acordo de paz , em Washington. O acordo prevê a instalação, em cinco anos, de um regime de autonomia limitada para os palestinos, inicialmente na Faixa de Gaza e na cidade de Jericó e, mais tarde, em toda a Cisjordânia. Determina ainda a retirada das tropas israelenses dos territórios, com o policiamento passando a ser feito por uma força palestina.

Em 1994, Israel e OLP levam adiante as negociações sobre a autonomia palestina na Cisjordânia. Entre fevereiro e outubro, porém, judeus e árabes que se opõem ao processo de paz realizam uma série de atentados. Mesmo assim o cenário de distensão no Oriente Médio é reforçado com a assinatura de um acordo de paz entre Israel e Jordânia, em 26 de outubro de 1994.

No início de 1995, dois militantes suicidas do grupo extremista islâmico Hamas explodem bombas num ponto de ônibus em Netanya. Morrem 21 judeus. Em resposta, o governo israelense fecha a fronteira, impedindo milhares de palestinos de trabalhar no país. Em março, Israel e a OLP retomam as negociações.

Finalmente, em 24 de setembro, Israel e OLP firmam o acordo de autonomia à Palestina inteira, após Israel ter assegurado a sua presença militar, em caráter provisório, em Hebron, para proteger os colonos judeus.

Assassinato de Rabin – Os avanços no calendário da paz acirram as divisões na sociedade israelense. Para reforçar sua posição política, Rabin lidera uma grande manifestação pela paz, em Telaviv, em 4 de novembro de 1995. Na saída do comício, é assassinado por um extremista judeu, Yigal Amir, de 25 anos, que é condenado à prisão perpétua, em março de 1996. O Likud, partido conservador, é extremamente criticado por ter tolerado e até incentivado a retórica extremista.

Dez dias depois do crime, o chanceler Shimon Peres, arquiteto do plano de paz, assume o governo e mantém o curso do processo de paz. Mas uma série de bombas explodem entre fevereiro e março de 1996 e matam 60 pessoas em Israel. A popularidade de Peres, visto como excessivamente tolerante em relação aos palestinos, despenca. Peres reage com duras medidas de segurança e em abril ordena uma retaliação desproporcional a ataques do grupo libanês Hezbollah ao norte de Israel, com grave ofensiva aérea no sul do Líbano, que provoca a morte de dezenas de civis e o êxodo de meio milhão de libaneses. No dia 18 de abril, é bombardeada uma base da ONU na região, causando a morte de mais de 100 pessoas. Peres lamenta o engano, mas culpa o Hezbollah pelas baixas civis.

Processo de paz paralisado – Nas eleições de 29 de maio, paradoxalmente, Peres, do Partido Trabalhista, concorre com o lema “Paz e segurança”; seu adversário, Benyamin (Bibi) Netanyahu, do Likud, com “Segurança e paz”. Surgem dois novos partidos, o Terceira Via (um meio-termo entre as propostas trabalhistas e a dureza do Likud) e o B’Aliyah, dos imigrantes da ex-URSS. Os trabalhistas perdem cadeiras, mas mantêm-se como o maior bloco no Parlamento (34 das 120 cadeiras, contra 32 da coalizão do Likud). Netanyahu vence as eleições diretas para primeiro-ministro, uma novidade do pleito de 1996. Para formar o governo, alia-se com os dois novos partidos e os religiosos. Depois de um mês resistindo às pressões da ala mais direitista de sua coalizão, Netanyahu nomeia ministro da Infra-Estrutura o ex-general Ariel Sharon, artífice da invasão do Líbano de 1982 e contrário à entrega de territórios aos palestinos. O processo de paz é refreado.

Em 17 de julho, Netanyahu enfrenta uma greve geral, em protesto contra a política de cortes orçamentários. Em agosto, o governo revoga o decreto que proibia a expansão de colônias judaicas na Cisjordânia e aprova a construção de 1.800 casas na colônia de Kiryat Sefer. Fecha o escritório da OLP em Jerusalém e manda demolir uma casa mantida pela Autoridade Palestina na cidade. Sentindo-se acuados desde a posse de Netanyahu, que recusa-se a encontrar-se com Arafat, os palestinos retomam os piores dias da Intifada em plena Jerusalém, em setembro.

Abertura do túnel – O estopim do novo conflito é a retomada da construção de um túnel que une a Via Dolorosa (o caminho que Jesus teria feito ao ir para a cruz) ao Muro das Lamentações (principal santuário do judaísmo), passando sob a mesquita de Al-Aqsa (o terceiro lugar mais sagrado do islamismo). As obras estavam paralisadas justamente por seu potencial de conflito. O governo israelense alega que o túnel aumentará de 70 mil para 400 mil o número de turistas que visitam anualmente os sítios arqueológicos, mas para os palestinos ele é visto como uma ameaça aos seus templos. Horas depois da abertura, de madrugada e sob forte proteção policial, começa a revolta palestina. Agentes armados da polícia palestina trocam tiros com soldados israelenses, durante dias. Uma reunião entre Netanyahu e Arafat, convocada às pressas pelo presidente dos EUA, Bill Clinton, em Washington, em 1º de outubro, não leva a nenhum acordo, mas acalma os ânimos e os combates são suspensos. O conflito causa 60 mortes.

Dinheiro na Suíça – Em maio de 1996, cinco décadas depois do fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o Congresso Mundial Judaico obtém um acordo com a Associação dos Banqueiros Suíços que permite a uma comissão independente o “acesso ilimitado” às contas suíças secretas. Com isso será possível rastrear os bens de judeus saqueados pelo regime nazista e depositados no país. No mesmo mês, documentos revelados pelos aliados mostram que a Suíça, militarmente neutra, teve papel fundamental no financiamento do esforço de guerra nazista.

## I – Introdução

 Tentar-se-á mostrar nesta obre uma abrangente pesquisas que relata os principais fatos históricos que ocorreram ao longo do percurso caminhado pelos países, Israel e Coréia do Norte, sendo eles países que ainda enfrentam crises relacionadas a seu próprio povo, Israel vive hoje uma disputa religiosa que tem sido motivo de notícias não muito apaziguadoras como tem sido a maioria de todas as notícias desta década, a década de 1990, é uma década de pacificação e unificação de todos os países do mundo, sem exceção, como ocorre na maioria das fases históricas.

 A Coréia do Norte hoje é um dos poucos países que ainda mantêm um regime socialista, contrariando a todo o mundo capitalista, é claro que o socialismo é muito mais ameno que na época da Segunda guerra mundial.